



José Nery defende aprovação de emenda constitucional para confiscar terras onde haja trabalho escravo. Fátima Cleide (D), ao lado de Dilma Rousseff, afirma que o Brasil não pode prescindir de mulheres na política

Fórum discute como combater trabalho escravo

O Fórum Social Mundial, em Belém, teve ontem uma oficina destinada a analisar a exploração de mão-de-obra escrava. José

Nery, que preside subcomissão que trata do assunto no Senado, propôs medidas para coibir o trabalho servil. A participação da

mulher na política foi tema de outro debate, com a presença da senadora Fátima Cleide e da ministra Dilma Rousseff. 5

Esquenta clima de sucessão no Senado. DEM apoia Sarney

A bancada do DEM oficializou ontem o apoio à candidatura de José Sarney à Presidência do Senado. O clima de sucessão que envolve a Casa desde o final do ano passado ficou mais intenso nesta semana, quando os senadores do PMDB indicaram Sarney para a disputa, com a retirada do nome de Garibaldi Alves. Tião Viana é candidato do PT desde dezembro. A eleição ocorrerá na próxima segunda-feira. 3



Em reunião presidida pelo líder José Agripino (C), senadores do Democratas decidem por unanimidade apoiar candidatura de José Sarney, do PMDB, à Presidência da Casa

Heráclito e Jucá divergem sobre certificação de filantrópicas

Presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes considera "desrespeito ao Congresso" e "afronta ao Brasil" a decisão do governo de renovar a certificação de 4 mil entidades filantrópicas. Líder do governo, Romero Jucá diz que a medida tem amparo legal. 2

Propostas, sobre temas relacionados a saúde, concessão de medalhas e datas comemorativas, devem ser lidas em Plenário na próxima semana

Senado já recebeu este ano 5 projetos da Câmara

A CÂMARA DOS Deputados já enviou este ano cinco projetos para análise do Senado. As matérias aguardam leitura em Plenário para que comecem a tramitar, o que deve ocorrer na próxima semana.

O PLC 5/09 inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela

e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança. A proposta é do deputado Alexandre Silveira (PPS-MG).

Já o PLC 1/09, de autoria do deputado Ciro Pedrosa (PV-MG), estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que prestam serviços de barbearia, manicure, aplicação de tatuagens e inserção de

piercings.

O PLC 2/09 torna o médico e deputado Enéas Carneiro Ferreira, falecido em 2007, patrono da Eletrocardiografia no Brasil. A matéria é de autoria do deputado Dr. Talmir (PV-SP).

Por sua vez, o PLC 3/09 cria a Medalha do Mérito Cultural Roberto Marinho, para homenagear anualmente persona-

lidades que se destaquem nas atividades jornalísticas, artísticas, educacionais e culturais. A proposição é do deputado Neilton Mulim (PR-RJ).

O cantor e ex-deputado Frank Aguiar (PTB-SP), que renunciou ao mandato para assumir o cargo de vice-prefeito de São Bernardo do Campo (SP), é autor do PLC 4/09. A proposta insere o dia

13 de março, Dia da Batalha do Jenipapo, como data histórica no calendário das efemérides nacionais. A batalha, decisiva para a independência do Brasil e a consolidação do território nacional, se deu próximo ao rio Jenipapo, em 1823, e conflou piuienses, maranhenses e cearenses contra tropas fiéis à Coroa portuguesa.

José Cruz



Para Heráclito, resolução é mostra cabal de que "o governo não está preocupado com a moralidade pública"

Certificação de filantrópicas é afronta ao país, afirma Heráclito

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs), senador Heráclito Fortes (DEM-PI), classificou como "desrespeito ao Congresso" e "afronta ao Brasil" a decisão do governo de renovar a certificação de entidades beneficentistas de assistência social. A resolução, publicada no *Diário Oficial da União* da última segunda-feira, traz a lista das entidades com contratos renovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Com a medida, segundo Heráclito, o governo desconsiderou todo o debate promovido no Parlamento em torno da MP das Filantrópicas (MP 446/08).

– É uma demonstração cabal de que o governo não está preocupado com a moralidade pública. Reconhecer entidades com graves vícios administrativos é estimular a corrupção no Brasil – afirmou o senador em entrevista à Agência Senado.

Heráclito Fortes defendeu

a ação do Ministério Público Federal para evitar liberações de recursos a "milhares de entidades" que não prestam os serviços a que se propõem. Para o senador, essas instituições agem como "cabides de emprego" ou "instrumentos políticos de sindicatos".

Ao comentar a decisão do governo, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), vice-presidente da CPI das ONGs, identificou dupla responsabilidade no caso.

– Está claro que há um equívoco pelos dois lados. O Senado precisava ter dado uma resposta. O Judiciário deu até o mês de dezembro para que as licenças fossem renovadas ou extintas. O governo, por sua vez, pecou por omissão. Ele poderia ter feito uma triagem das entidades até que se exaurissem as dúvidas sobre sua idoneidade – opinou.

Para a senadora, com a decisão consolidou-se "a certeza de que o governo não está preocupado com os desvios de recursos praticados por ONGs".

Jucá avalia que renovação das licenças tem amparo legal

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse quarta-feira que tem amparo legal a renovação, publicada segunda-feira no *Diário Oficial da União*, das licenças de funcionamento para cerca de 4 mil entidades privadas da área social. A medida provisória (MP 446/08) que tratava do tema foi devolvida no ano passado ao governo pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. Jucá lembrou que, em seguida à decisão de Garibaldi, apresentou recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – ainda não apreciado – para reversão do ato.

– Garibaldi fez um ato político que teria desdobramentos se não houvesse o recurso, que é um ato legal e, portanto, nós estamos na legalidade.

Ao mesmo tempo, ele lembrou que tramita em regime de urgência projeto de sua autoria que altera as regras para o licenciamento das entidades

filantrópicas, que deve ser votado assim que os trabalhos do Congresso forem reiniciados. Conforme o senador, o projeto prevê a revisão de todos os processos de renovação, acrescentando que "será punido quem estiver fazendo alguma coisa errada".

Cesare Battisti

Jucá também afirmou que não constrange o governo a decisão dos opositores de levar para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o debate sobre a decisão do Executivo de conceder asilo político a Cesare Battisti, ex-integrante de grupo armado na Itália, contra o pedido de extradição feito pelo governo daquele país. Além de apresentar moção de repúdio à decisão, a oposição promete convidar o ministro da Justiça, Tarso Genro, para discutir o tema. Segundo Jucá, as posições dos governos brasileiro e italiano são legítimas.



Posições do Brasil e da Itália sobre o pedido de extradição de Cesare Battisti são legítimas, observa Romero Jucá

Resultado de concurso é homologado

O Senado publicou na edição de ontem do *Diário Oficial da União* (Seção 1, páginas 90 e 91) três atos assinados pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, que homologam o resultado final do concurso público para as categorias funcionais de analista legislativo (áreas de administração, contabilidade, engenharia elétrica, engenharia mecânica, medicina, processo legislativo, biblioteconomia, estatística e arquitetura), técnico legislativo (áreas de administração e processo legislativo), analista de informática legislativa (áreas de análise de sistemas e análise de suporte de sistemas), consultor legislativo (assessoramento em Orçamento) e advogado.

De acordo com os atos de homologação, a nomeação dos aprovados será feita conforme a necessidade do Senado Federal e disponibilidade orçamentária, o número de vagas estabelecido no edital de convocação e a ordem de classificação. Os atos de homologação trazem os nomes dos classificados separados por cargo e área.

Os resultados e a homologação para os outros cargos do concurso serão divulgados posteriormente, pois dependem das notas de provas práticas e/ou do curso de formação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



José Agripino (C) preside reunião da bancada do Democratas

DEM decide por unanimidade apoiar Sarney

A bancada de senadores do Democratas decidiu na tarde de ontem, por unanimidade, votar em José Sarney (PMDB-AP) para a Presidência do Senado nas eleições de segunda-feira. O partido tem a segunda maior bancada na Casa, com 14 integrantes. A senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que estava licenciada por motivos de saúde, reassumirá hoje o posto. Virgínio de

Carvalho (PSC-SE) exerceu o mandato durante a licença da senadora.

A bancada democrata decidiu ainda que, se couber novamente a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao partido, o nome a ser indicado para o cargo será o do senador Demostenes Torres (GO), em substituição a Marco Maciel (PE). Ficou ainda acertado

que o senador Heráclito Fortes (PI) será indicado para o cargo de 1º secretário da Casa, hoje ocupado por Efraim Moraes (PB), e o senador Adelmir Santana (DF) para o cargo de 3º secretário, em substituição a César Borges (PR-BA). Já o senador Raimundo Colombo (SC) será o líder do Bloco da Minoria. Hoje, o líder é o senador Mário Couto (PSDB-PA).

Clima de sucessão esquenta semana no Senado

Tião Viana teve nome confirmado ainda em dezembro, enquanto José Sarney só entrou oficialmente na disputa nessa quarta-feira

O CLIMA DE sucessão presidencial que envolve o Senado desde meados de dezembro de 2008 ficou mais intenso, nesta semana, com a definição das candidaturas ao posto para o biênio 2009/2010. Se, desde aquele momento, o PT mantinha a indicação do senador Tião Viana (AC) para concorrer à Presidência da Casa, só nessa quarta-feira o PMDB reuniu sua bancada para oficializar a candidatura do senador José Sarney (AP).

O fato de a decisão final sobre

o concorrente peemedebista ter saído às vésperas da eleição no Senado – a reunião preparatória ao pleito se inicia às 10h da próxima segunda-feira – não significa que o PMDB estivesse alheio à disputa no período. Na verdade, o partido entrou oficialmente nesse processo quando 17 dos 20 integrantes de sua bancada declararam, em 17 de dezembro passado, apoio à candidatura do atual presidente da Casa, Garibaldi Alves.

Garibaldi já confirmava à

imprensa, dias antes dessa decisão, a intenção de postular sua recondução ao posto, para o qual foi eleito em 12 de dezembro de 2007 para cumprir os 14 meses restantes do segundo mandato do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que renunciou ao cargo. Para comprovar a legitimidade de seu pleito, o atual presidente do Senado buscou o respaldo de seis pareceres jurídicos que não viam sua candidatura como uma tentativa de reeleição ao cargo – proibida pela Constituição –,

argumentando que ele apenas havia cumprido o restante do mandato de Renan.

De qualquer modo, especulações sobre uma eventual candidatura de José Sarney à Presidência da Casa – posto ocupado por ele outras duas vezes – persistiram após a confirmação do nome de Garibaldi Alves pelo PMDB. Antes mesmo do anúncio formal de sua indicação pelo partido, Garibaldi já admitia a possibilidade de abrir mão da disputa para apoiar o senador pelo Amapá.

Reunião

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), convocou os senadores do partido para uma reunião no próximo domingo com o objetivo de fazer uma avaliação conjunta do cenário sucessório na Casa. A reunião está marcada para as 14h, no Gabinete da Liderança do PT no Senado.

No mesmo encontro, a senadora catarinense fará a transmissão do cargo de líder do PT no Senado para Aloizio Mercadante (SP).

Sarney tem vida política mais longa da história da República

José Sarney (PMDB-AP) é o brasileiro que mais exerceu mandatos eletivos no período republicano. Ele se elege há 50 anos: em 1959, chegou à Câmara para seu primeiro mandato como deputado eleito. Ruy Barbosa teve 33 anos de mandatos.

Desde 1971, Sarney ganhou cinco eleições para o Senado, as três últimas como representante do Amapá, para onde transferiu seu domicílio eleitoral após deixar a Presidência da República.

Com a morte de Tancredo Neves, em 1985, coube ao então vice-presidente Sarney conduzir o país de volta à democracia depois de 20 anos de regime militar. Naquele mesmo ano, convocou a Assembléia Nacional Constituinte.

Nascido em Pinheiro (MA) em 24 de abril de 1930, com o nome de José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, adotou legalmente em 1965 o nome de José Sarney, que já usava para fins eleitorais por ser conhecido no Maranhão como “Zé do Sarney”, numa alusão a “José, filho do Sarney”.

Na juventude, ao lado de Bandeira

Tribuzzi, José Bento, Ferreira Gullar e outros, fez parte do movimento literário difundido pela revista *A Ilha*, que lançou o pós-modernismo naquele estado.

Formado em Direito, tornou-se jornalista, pintor, poeta e ficcionista (é autor de três romances), integrante da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa.

Político desde 1955, ano em que foi eleito suplente de deputado, tornou-se titular de um mandato eletivo só após as eleições de 1958. Entre 1966 e 1971, governou o Maranhão. Integrou a UDN, foi líder do governo Jânio Quadros na Câmara, presidiu a Arena e o PDS e hoje integra o PMDB.

Como senador, é autor de 48 projetos de lei, entre eles um que concede às pessoas carentes anistia nas taxas de ocupação devidas, nos últimos cinco anos, pelo uso de imóveis da União em terrenos de marinha; e outro dando ao Tribunal de Contas da União competência para julgar contas de qualquer pessoa física ou jurídica que administre bens públicos.



O médico Tião Viana acorda cedo, deixa os filhos pequenos na escola e chega ao Senado às 7h30 da manhã

Tião Viana: Legislativo deve ser lugar de debate e iniciativa

Médico infectologista especializado em Medicina Tropical, o senador Tião Viana (PT-AC) costuma dizer que sua principal meta como detentor de um cargo público é ajudar a nação brasileira a progredir e a pôr fim às desigualdades sociais. Franqueza, objetividade e economia de tempo e de trâmites burocráticos prometem ser suas marcas se for eleito para presidir o Senado.

Nasceu em Rio Branco, no dia 9 de fevereiro de 1961, e foi batizado como Sebastião Afonso Viana Macedo Neves. Tem três filhos, é católico, vai à missa todos os domingos e, em sua página na internet, pontifica atualmente o pensamento de Mahatma Gandhi: “A força não provém da capacidade física e sim de uma vontade indomável. Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova. O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente”.

Tião Viana tem o hábito de acordar cedo e frequentemente chega ao

Senado às 7h30 da manhã, depois de deixar os filhos pequenos na escola. Em 2007, como vice-presidente da Casa, assumiu a Presidência no auge da crise que levou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a afastar-se.

Embora reconheça os esforços que o Senado tem feito para adequar-se a um mundo globalizado e mais próximo da população, Tião Viana acha que o Parlamento ainda está longe de oferecer o que dele espera a sociedade brasileira. Para o parlamentar acreano, falta ao Legislativo situar-se como o lugar do grande debate, da iniciativa eficaz e do enfrentamento dos desafios do país.

– A visibilidade de suas ações fará do Senado uma instituição mais forte, o que é decisivo para uma democracia mais forte. Minha preocupação é com a busca de paradigmas do tamanho da instituição, é com a construção de uma agenda, não do tamanho das pequenas crises, mas do tamanho do Brasil – disse.



José Sarney exerce cargos eletivos desde 1959. Para o Senado, foi eleito cinco vezes a partir de 1971



Delcídio afirma que estrutura complexa exige aporte de recursos

Comissões examinam projeto que abre capital da Embrapa

Proposta que autoriza a abertura do capital da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), defendida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), deverá passar também pelo exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A matéria (PLS 222/08), apresentada em junho do ano

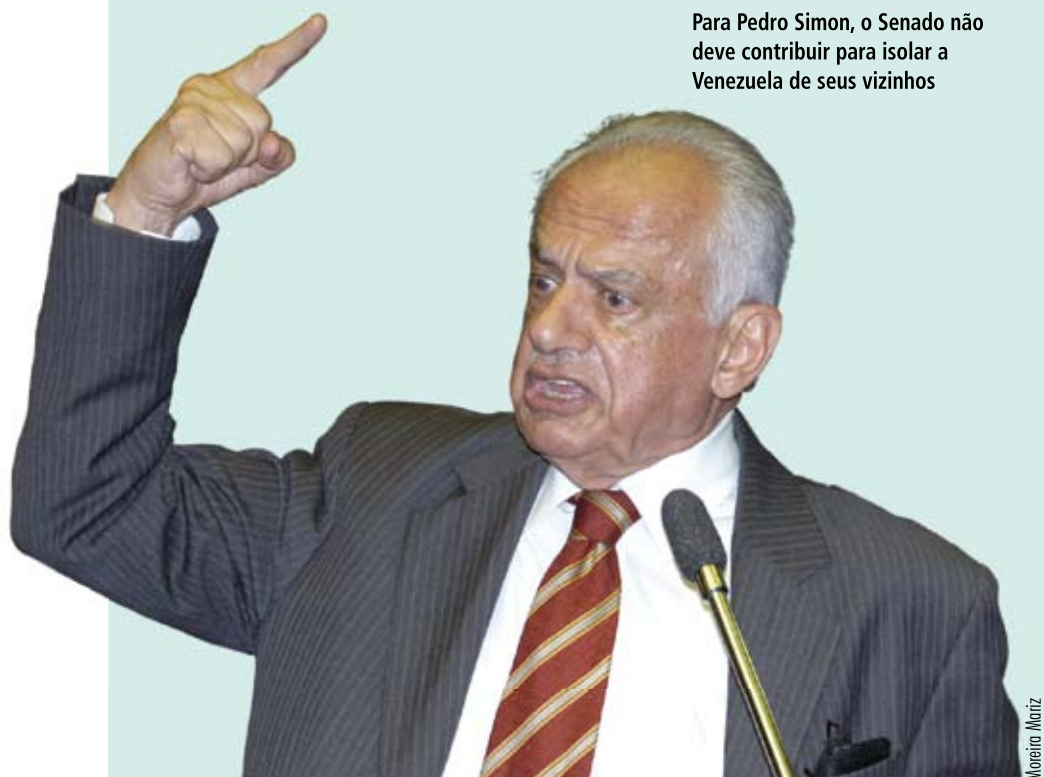
passado, havia sido encaminhada inicialmente apenas para as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A nova distribuição foi determinada depois que o Plenário aprovou, no fim do ano, requerimento de Expedito Júnior (PR-RO) para que também fosse

ouvida a comissão que trata dos temas relacionados ao setor agropecuário. Se a proposta de Delcídio for bem sucedida, a abertura do capital transformará a Embrapa, empresa de capital 100% estatal, em uma sociedade de economia mista, capacitada a receber capital privado, mas continuando sob

controle da União, que manteria mais de 50% do capital com direito a voto.

Delcídio Amaral salienta que a complexa estrutura operacional da empresa exige substancial aporte financeiro para a conservação do riquíssimo patrimônio construído ao longo de 30 anos de existência.



Para Pedro Simon, o Senado não deve contribuir para isolar a Venezuela de seus vizinhos

Venezuela precisa se integrar ao Mercosul, afirma Pedro Simon

A ASSESSORIA DO senador Pedro Simon (PMDB-RS) divulgou ontem nota na qual o parlamentar comenta notícia publicada na coluna "Painel", da *Folha de S. Paulo*, de que o senador José Sarney (PMDB-AP) teria se comprometido com os líderes do PSDB e do DEM, em troca do apoio desses partidos a sua candidatura à Presidência da Casa, a "dificultar" a aprovação da adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). "O Senado não deve contribuir para o isolamento da Venezuela, num contexto de construção da integração latino-americana, tarefa na qual o Brasil está empenhado profundamente", afirma Pedro Simon na nota.

Um dos idealizadores do bloco regional formado originalmente por Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, e que agora se abre à adesão de outros países, Simon considera que "não pode interessar ao continente, em termos de equilíbrio político e institucional, ter um país como a Venezuela isolada do conjunto das nações da América Latina". Para o parlamentar, "a inclusão no Mercosul pode funcionar como um fator de contenção dos exageros do presidente venezuelano Hugo Chávez".

A entrada da Venezuela como o quinto país integrante do bloco foi aprovada pela Câmara dos Deputados em dezembro e agora aguarda votação no Senado. O governo venezuelano solicitou sua adesão em 2006. Além dos membros efetivos, são países associados Bolívia, Colômbia, Peru, Chile e Equador.

Mercadante: não cabe ao presidente da Câmara ou do Senado decidir quem fará parte do Mercosul



Decisão é prerrogativa do Congresso, diz Mercadante em nota

EM NOTA DIVULGADA ontem por sua assessoria, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que, de acordo com o artigo 49, inciso I, da Constituição, cabe ao Congresso Nacional "decidir definitivamente sobre acordos e tratados que causem gravames ao patrimônio nacional". Ele se referia à notícia publicada na coluna "Painel", do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual José Sarney (PMDB-AP), candidato à Presidência do Senado, teria se comprometido com os líderes do PSDB e do DEM a dificultar a aprovação da adesão da Venezuela ao Mercosul. Conforme o parlamentar, "é prerrogativa constitucional dos colegiados das duas Casas do Congresso, e não de seus presidentes, a decisão soberana e independente sobre essa questão".

Mercadante lembrou que o Plenário da Câmara dos Deputados já aprovou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul "por expressiva maioria". Ele acrescenta que acordos e tratados internacionais são "compromissos de longo prazo assumidos por Estados, e não por governos específicos". O documento ressalta que tais tratados e acordos devem ser analisados "levando-se em consideração os interesses maiores do país e os ditames constitucionais que balizam as diretrizes" da política externa brasileira, "e não idiosincrasias políticas e ideológicas mutáveis deste ou daquele governo".

Ao final da nota, Mercadante saúda a população venezuelana e assegura que o Senado "saberá pronunciar-se, de forma objetiva, ponderada e independente" sobre o tema.

Desempregado com mais de 50 pode ter preferência na Justiça

Processos e procedimentos na Justiça do Trabalho que tenham como parte interessada trabalhadores desempregados com 50 anos de idade ou mais poderão vir a ter prioridade na tramitação. A medida atingirá inclusive a execução de atos e diligências judiciais.

É o que prevê projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a ser examinado

em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta conta com parecer favorável do relator, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O objetivo da proposta (PLS 88/08) é facilitar a vida de trabalhadores a partir dos 50 anos, em situação de desemprego devidamente comprovada. Nesses casos, conforme a sena-

dora, eles encontram maiores dificuldades de recolocação no mercado de trabalho. Por isso, ela entende que a Justiça do Trabalho deve ser ágil.

"Trata-se de atender a situações que possuem caráter emergencial, dadas as peculiaridades do mercado de trabalho, que, infelizmente, prefere os trabalhadores mais jovens."

O projeto, que acrescenta

dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT (Lei 5.452/43), prevê ainda que o tratamento especial será estendido aos dependentes, caso o beneficiado venha a falecer.

Atualmente, a prioridade em todas as decisões judiciais, por determinação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), é concedida a brasileiros com idade a partir dos 60 anos.



Autora do projeto, Lúcia Vânia sugere o benefício em questões trabalhistas

Especialistas presentes ao Fórum Social Mundial discutiram como erradicar a servidão por dívidas, a jornada exaustiva e o trabalho degradante

Oficina avalia formas de abolir trabalho escravo

“QUEM PROCURA O trabalho não pode encontrar a escravidão.” Com essa convicção, autoridades, militantes da causa e especialistas no combate à erradicação do trabalho escravo no Brasil e no mundo reuniram-se ontem, no *campus* da Universidade Federal Rural do Amazonas (Ufra), numa oficina temática para trocar experiências e sensibilizar a sociedade sobre a necessidade da eliminação de práticas como a servidão por dívidas, a jornada exaustiva e o trabalho degradante.

O evento, que integra a programação da 9ª edição do Fórum Social Mundial, contou com a participação do senador José Nery (PSOL-PA), presidente da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo do Senado – uma das responsáveis pela oficina –, e do ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanucci.

O principal objetivo do encontro foi promover o abaixo-assinado pela aprovação da proposta de emenda à constituição que prevê o confisco das terras em que sejam encontrados trabalhadores em situação análoga à de escravos (PEC 438/01), em tramitação na Câmara. O objetivo da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, formada por diversas entidades, é reunir 1 milhão de assinaturas.

José Nery disse que, além da aprovação da PEC 438, há uma série de outras medidas



José Nery (em pé) é presidente da subcomissão do Senado que trata de trabalho escravo, problema que pode afetar 40 mil pessoas

que precisam ser adotadas com urgência para a reversão dos números referentes à exploração do trabalho análogo ao escravo no Brasil. Segundo estimativas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o número de trabalhadores nessas condições pode chegar a 40 mil.

– É preciso criar mecanismos legais que impeçam a atuação desses criminosos. Primeiro, aprovar a PEC que prevê o confisco das terras. Segundo, garantir, de uma

vez por todas, que qualquer empresário ou fazendeiro que seja flagrado na prática do trabalho escravo seja impedido de obter financiamentos em qualquer banco e de firmar convênios com o poder público. E, principalmente, criar regras comerciais que impeçam a aquisição de produtos em cuja cadeia produtiva exista a prática do trabalho escravo – afirmou o senador.

De acordo com Luiz Machado, que representou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no debate, o Brasil é o país que

mais avançou no combate à prática nos últimos anos. Porém, ele ressaltou que os números ainda são alarmantes. No ano passado, informou, 4.600 trabalhadores foram libertados no país nas incursões do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego.

Coordenadora do Grupo Móvel, a auditora fiscal do trabalho Jaqueline Carrijo explicou que o trabalho de auditoria começou em 1995, a partir do reconhecimento, por parte do governo federal, da existência do trabalho

escravo no Brasil. Ela informou que o setor sucroalcooleiro lidera o *ranking* no Brasil e que, no ano passado, o maior número de ocorrências foi registrado no estado do Pará.

– Encontramos trabalhadores adultos, jovens e crianças sem acesso a água potável instalados em alojamentos com condições mínimas de sobrevivência – relatou.

Já para Francisco Luiz Lima, presidente da Confederação Ibero-Americana dos Inspectores do Trabalho, apesar dos bons resultados obtidos pelo Grupo Móvel, é fundamental que volte os olhos para a exploração do trabalho na cidade. Nesse sentido, ele apontou a dificuldade em se levantarem dados confiáveis sobre os acidentes de trabalho nas indústrias e a fragilidade dos sindicatos como obstáculos no combate à prática.

O ministro Paulo Vanucci ressaltou a importância do trabalho da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo em defesa da PEC 438. Ele disse esperar que o debate promovido no Fórum Social Mundial amplie a mobilização pelo combate ao trabalho escravo no país, especialmente junto ao setor empresarial.

– À empresa brasileira deveria caber o protagonismo na percepção de que essa prática não cabe num país que pretende dar um salto rumo à liderança no mundo – disse.

Fátima Cleide e Dilma Rousseff querem mais mulheres na política

A participação da mulher na política foi destaque na programação de ontem do Fórum Social Mundial. Mesa sobre o tema, promovida pela Fundação Perseu Abramo na tenda “Cuba 50 anos”, contou com a participação da senadora Fátima Cleide (PT-RO), da governadora do estado do Pará, a ex-senadora Ana Júlia Carepa, da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e da ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire.

Para Fátima Cleide, a presença feminina nos espaços de representação significa transformação. Ela lamentou pesquisa do Instituto União Interparlamentar que coloca o Brasil na 105ª posição ao medir a ocupação feminina dos cargos das câmaras federais do mundo.

– O Brasil não pode prescindir da presença das mulheres no Congresso, nas câmaras, nas prefeituras, na Presidência da República. Não é só para colocar mais mulheres no poder, mas para fazer a grande diferença – ressaltou.

Já para a ministra Dilma –

recebida pelos participantes do fórum que lotaram a tenda em homenagem à Revolução Cubana aos gritos de “Brasil! Urgente! Dilma presidente!” –, a presença das mulheres nas instituições políticas demonstra o grau de amadurecimento de-

mocrático das sociedades.

A ministra também falou sobre a “dupla condição da mulher” e observou que, como “guardiãs do espaço privado”, as mulheres tendem a ter uma compreensão mais ampliada do espaço público.

– A dimensão do universal, pela mulher, vem de sua sensibilidade em relação ao espaço privado – destacou.

Para a ministra-chefe da Casa Civil, o reconhecimento, por parte do governo federal, da necessidade de criação de uma

secretaria para garantir a presença igualitária das mulheres na sociedade foi passo importante contra a discriminação sexual no país. E a materialização desse processo, pontuou, foi a aprovação da Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher.

Dilma Rousseff também defendeu as políticas de inclusão social do governo Luiz Inácio Lula da Silva, sua política econômica e o papel do Estado como indutor do crescimento e do desenvolvimento.

Presidentes

Estava prevista, na noite de ontem, reunião de chefes de Estado latino-americanos no Centro de Convenções e Feiras, durante o Fórum das Autoridades Locais da Amazônia (Fala), que deve ser o mais importante dos eventos paralelos ao Fórum Social Mundial. Eram esperados os presidentes Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador) e Fernando Lugo (Paraguai), além de Luiz Inácio Lula da Silva.



Fátima Cleide (à direita, ao lado de Dilma Rousseff): presença feminina nos espaços de representação significa transformação